

POR UM SIMPA CLASSISTA E DE LUTA

NOSSOS PRINCÍPIOS

Respeitamos a categoria, colocando as suas aspirações em 1º lugar, e lutando por elas. Estamos permanentemente presentes nos locais de trabalho.

Comportamo-nos de forma absolutamente democrática, na Diretoria, no CORES e nas assembleias. Somos plurais. Defendemos um Sindicato aberto a todos os associados, inclusive aqueles que atuam na oposição, pois não consideramos a entidade como se fosse um aparelho da Diretoria.

Defendemos intransigentemente a autonomia e independência política do SIMPA em relação aos partidos, governos e burguesia. O Sindicato é parte do movimento dos trabalhadores e a categoria deve participar das lutas gerais.

Contribuímos na administração do SIMPA, de forma séria, ética e responsável, preservando e ampliando o patrimônio da categoria.

Por todas essas razões, não queremos ver o SIMPA retroceder. Queremos que continue crescendo. Nos sentimos identificados e responsáveis por isso.

CONJUNTURA

O Governo Dilma aprofunda a sua crise política e econômica, e está cada vez mais enfraquecido, com índices baixíssimos de popularidade e uma fraca e atrapalhada capacidade de reação. Os aliados burgueses como o PMDB, a estão abandonando, apenas conservando os ministros e os cargos. A direita parlamentar está cada vez mais fora do Governo, preparando-se para derrubá-lo.

Dilma governa de acordo com os interesses da burguesia e do capital financeiro, mas não é um governo burguês clássico. É um governo de frente popular, não tanto pela sua base de apoio partidária que, além do PT e PCdoB, inclui um leque de partidos burgueses, mas principalmente pela sustentação que recebe da CUT, CTB, MST e UNE. Os governos de frente popular, representam um risco político sério, porque desarmam os trabalhadores frente à burguesia e a direita.

O Congresso de direita prepara o golpe branco do impeachment e a burguesia, que já havia abandonado parcialmente Dilma na eleição de 2014, a empurra para fora do poder, ao mesmo tempo que apóia as suas medidas contra os trabalhadores, até mesmo porque enfraquecem cada vez mais a Presidente e a sua base de apoio.

A burguesia quer mais do que as reformas anti-trabalhador que Dilma vem fazendo. Ela quer uma reforma trabalhista completa para golpear os direitos da CLT, uma nova reforma da previdência, e restringir o direito de greve. Para isso, a burguesia quer o poder para si, de forma direta, sem intermediários, através dos seus próprios partidos. Não afirmamos isso para dizer que Dilma é melhor para os trabalhadores do que um governo burguês clássico. Queremos alertar para o que parece nos esperar, um governo burguês de direita disposto a arrochar mais ainda os trabalhadores.

Para enfrentar o Governo Dilma, é preciso atuar com programa e organização independente, enfrentando os partidos e as centrais que o sustentam e, sem se confundir com a direita golpista, combater os ataques aos direitos dos trabalhadores.

O avanço da direita golpista:

O avanço da direita no Brasil, nestes últimos anos, é algo que supera todas as expectativas, e só não é percebido por quem não quer ver a realidade. A direita pretende ir muito mais longe nos seus propósitos, retirando direitos recentemente assegurados às mulheres, negros e LGBT. A Câmara dos Deputados, presidida por Cunha, influenciou em todo o país as votações dos Planos Estaduais de Educação (PEEs) e dos Planos

Municipais de Educação (PMEs), muitos deles construídos pelo movimento dos educadores, que foram descaracterizados pela supressão da diversidade, de autoria dos setores conservadores ligados à Igreja Católica e Evangélicas.

Na conjuntura atual, onde estão as formas de luta que caracterizam o movimento da classe operária? A greve geral, as ocupações de fábricas contra o desemprego, os comitês de fábrica e as mobilizações de massa dos trabalhadores? Obviamente, não é a classe operária que está pressionando pela queda de Dilma, e que poderá determiná-la. Quem pressiona é o Congresso de direita que prepara o golpe, e a ação da burguesia.

Se Dilma cair, é a direita que vai assumir o poder. É por isso que somos contrários ao "Fora Dilma" e "Fora todos", que alguns setores da esquerda estão agitando. Lembrem-se que Leon Trotsky criticou o Partido Comunista Alemão nos anos 30, por assumir para si as bandeiras nacionalistas dos nazistas, ou quando o PCA se aliou ao partido nazista, para derrotar os social democratas em Brandemburgo.

Ante a ameaça do golpe "branco" não existe neutralidade possível. A derrubada de Dilma pelo Congresso, representará a direita no poder e um golpe político contra os trabalhadores e as suas organizações. Será seguida por severas restrições às liberdades democráticas e por mais uma ofensiva contra os direitos dos trabalhadores. Existe muito vacilo em fazer a unidade das esquerdas em defesa das liberdades democráticas, mas ela precisará ser feita, sob o risco de vermos instaurado no Brasil um regime autoritário e anti-popular, que baseará o seu poder na repressão, lembrando a ditadura militar.

Filiar o SIMPA à CSP/CONLUTAS:

A **CSP/Central Sindical e Popular Conlutas** tem a sua origem em 2004, a partir daquelas correntes políticas e sindicais que denunciaram o atrelamento da CUT ao governo do PT e lutaram contra a reforma da previdência do Lula, que aumentou o desconto previdenciário e o tempo para a aposentadoria. Hoje, depois de onze anos de existência, a CSP/Conlutas é a mais importante das centrais de trabalhadores combativas do Brasil e é a ela que estamos propondo a filiação do SIMPA. A CSP/Conlutas tem como princípio a independência política, a democracia dos sindicatos e a organização no local de trabalho, que também são princípios do nosso sindicato. Também se propõe a organizar os movimentos populares e sociais.

Filiar o SIMPA à CSP/CONLUTAS é uma necessidade para fortalecer a luta em defesa dos nossos direitos. Vivemos a ameaça de uma nova reforma da previdência, que está sendo proposta pela burguesia e seus agentes políticos. Como levar esta luta sem estar organizado nacionalmente? Como fazer pressão sobre o Congresso Nacional sem participar de uma organização nacional.

É por isso que é importante uma central de trabalhadores, uma ferramenta para unificar a ação dos sindicatos, nos municípios, estados e país.

Palavras de ordem:

Este é o momento de levantar as bandeiras políticas e de avançar na construção de uma alternativa dos trabalhadores no país, em meio a crise do Governo Dilma, ainda mais agora, quando o Brasil inteiro, bem ou mal, está discutindo política.

- > Fora com o ajuste fiscal de Dilma, Fora Levy, Fora Cunha.
- > Não à redução da maioria penal.
- > Contra o Congresso reacionário e a direita golpista. Não ao impeachment.
- > Greve geral contra a retirada dos direitos dos trabalhadores.
- > Por um Governo dos Trabalhadores.

GOVERNO FORTUNATI

O governo Fortunati a exemplo do governo federal e estadual aplica uma política de desmonte do serviço público na cidade. Amplia as terceirizações, em áreas vitais como saúde, educação, assistência social, meio ambiente, limpeza urbana, saneamento e obras em prejuízo ao atendimento à população de Porto Alegre.

A precarização do serviço tem como conseqüência também a falta de cuidado com a cidade, que está cada vez mais abandonada. As obras, mesmo as mais simples, são realizadas através de contratos com empreiteiras, demonstrando seu compromisso com os empresários. Hoje, os porto-alegrenses convivem com uma realidade de transtornos, em função do acúmulo de obras inacabadas. O transporte público é caro e deficiente. Não se fala mais do metrô e da ampliação da pista do aeroporto

Com relação aos servidores municipais a postura de Fortunati é muito ruim: desrespeitosa e autoritária. O diálogo com a categoria somente se dá a partir de muita luta e mobilização.

BALANÇO DO SIMPA

A GREVE DE 2014

1) Fortunati foi muito hostil e autoritário em relação à greve, recusando-se a negociar a pauta de reivindicações e colocando a Copa do Mundo, como a sua prioridade. No entanto, pressionamos com sucesso em direção ao diálogo. Nunca foram tantas as audiências (11) com o governo.

2) O saldo da greve foi satisfatório. O salário foi reajustado em 6,28%, retroativo à maio, cobrindo a inflação do período de 2013 à 2014. A reposição foi conquistada de uma vez só, o que garantiu uma massa salarial maior de 5/2014 à 5/2015. O Vale foi reajustado em 13%. Todas as faltas em função da greve, da paralisação da saúde e das monitoras, foram anuladas dos registros funcionais, e não houve desconto de salário.

3) O adiamento do início da greve na assembleia de 15/5/2014 foi ruim, porque quem o defendeu queria jogar o movimento grevista para cima da Copa do Mundo. No 15/5 a categoria já tinha condições para deflagrar a greve, pela força da paralisação nas secretarias, e pelo ato público massivo e combativo realizado no Paço, que contou com mais de mil municipais. Caso a greve tivesse iniciado em 21/5, e não em 2/6, teríamos tido mais tempo para pressionar o Executivo, antes do início da Copa.

4) Participamos da luta contra os gastos com a Copa, feitos em detrimento da saúde e educação, mas não defendemos a palavra de ordem "*Não vai ter copa*", e sim "*Na Copa vai ter luta*". A Copa iria absorver a atenção da população, tanto pela predileção pelo futebol, como pela intensa campanha da mídia. É por isso que não colocamos a Copa como eixo na campanha salarial, e muito menos concordamos em deslocar a greve para junho, para que coincidissem com o início dos jogos.

5) O movimento contra a Copa acabou esvaziado e desmoralizado, pelas ações de depredação, responsáveis pelo afastamento da juventude, sindicatos e população. Os municipais, que em 2013 estiveram na vanguarda das lutas contra os gastos da Copa, em maio e junho de 2014 rejeitaram as depredações e propuseram que a greve do SIMPA ficasse longe das manifestações contra a Copa.

6) Na assembleia de 13/6, a greve dava sinais de esgotamento e muitos grevistas voltavam ao trabalho. Havia muito receio do isolamento da greve, em meio ao cada vez maior interesse pela Copa. A quase totalidade da assembleia votou a favor do encerramento da greve, entendendo como positiva a negociação concluída pelo Comando de Greve e aplaudindo com entusiasmo cada um dos itens da ata assinada pelo Governo e o SIMPA. A categoria saiu da greve coesa e com moral alta.

A GREVE DE 2015

A greve dos municipais de 2015, demonstrou mais uma vez que o SIMPA é um dos sindicatos mais combativos de Porto Alegre e o legítimo representante da categoria, reafirmando que vale a pena lutar pelos direitos.

Vitória no Efeito Cascata:

A Reforma Administrativa atingiu os municipais através do Ministério Público e da Justiça, nos obrigando a lutar para que o fim do chamado "efeito cascata" não confiscasse os nossos salários.

Quem acusa a Diretoria do SIMPA de não ter encaminhado a luta contra o "efeito cascata" ainda em 2014, esquece que fizemos um ato público em 15/10/2014, além de outras manifestações, uma assembléia geral em 16/12/2014, onde ninguém propôs greve e um acampamento natalino no Paço, que teve uma pequena adesão.

Impedir o confisco dos salários foi a preocupação central do SIMPA a partir do 2º semestre de 2014. Desde então, o Sindicato exigiu do governo a compensação do fim do "efeito cascata" através de uma adequação dos salários, de forma a não haver nenhuma perda no passado, presente e futuro. A palavra de ordem "Nenhum centavo a menos", caracterizou permanentemente a luta.

Foi impossível separar a luta contra o "efeito cascata", da campanha salarial de 2015. Os que pensavam em fazer essa divisão ficaram na contramão do movimento. A luta precisava ser uma só. Em 22/5, logramos a retirada do PL enviado pelo Prefeito em 12/2014, que transformava parte do salário em abono. Em 3/6, o Governo assumiu o compromisso de encaminhar em 30 dias um PL redigido em conjunto com o SIMPA, garantindo que nenhum servidor tivesse perdas com o "efeito cascata". Em 29/6, o Prefeito protocolou na Câmara o PL que compensou o confisco salarial, e que foi votado em 8/7, acompanhado de perto pela categoria. Vencemos!

Os municipais de Porto Alegre são uma das poucas categorias de trabalhadores no Brasil, que nada perderam com a Reforma Administrativa de FHC de 1998, nem lá, nem agora. E uma das poucas, que tiveram ganhos econômicos nas greves de 2015.

A greve até a vitória

A palavra de ordem de "Greve até a vitória", passa uma perspectiva excessivamente otimista para o movimento, principalmente levando em conta a conjuntura atual marcada pelos ajustes fiscais dos governos. É uma ilusão achar que teremos uma vitória com 100% das nossas reivindicações atendidas. Além disso, a possibilidade de vitória total da luta reivindicatória dos trabalhadores, sempre será limitada pelo capitalismo e suas instituições, como o Judiciário. Basta ver as pesadas multas recebidas pelo SIMPA, em decorrência do fechamento da porta da SMA.

Comparando a greve do SIMPA com as longas e esvaziadas greves da APEOESP (SP) e da APP (Paraná), é possível ver como é importante saber encerrar uma greve quando ainda estamos fortes. Existe uma relação entre o custo e o benefício de uma greve, que precisa ser compreendida. É mais fácil entrar em uma greve do que sair dela. O resultado de um prolongamento inútil da greve, é que o Governo retiraria a sua proposta, tornando necessário recomeçar a negociação. Depois disso, com o enfraquecimento da greve, talvez não conseguíssemos chegar ao mesmo resultado. Uma série de novos dias paralisados precisariam ser anistiados pelo Governo e recuperados. Continuar a greve além do 3/6 poderia ter conduzido a um mau resultado.

Uma luta vitoriosa do movimento dos trabalhadores tem a ver com uma greve forte, massiva e objetivada nas reivindicações.

Negociar com o Governo faz parte da greve:

Há quem diga que nada resultou das reuniões entre o Comando de Negociação da Greve e a Prefeitura, e que deveríamos ter reunido com o Governo, apenas quando esse apresentasse propostas concretas e com avanços. Essa posição equivocada, representa um desperdício da mobilização, não a usando para fazer avançar as negociações, criando um impasse que prolonga o tempo de duração da greve e pode produzir uma derrota. A negociação, desde que apoiada na mobilização, serve sim para produzir avanços, haja vista a retirada do PL do Governo e a sua substituição pelo PL da categoria. A objetividade da greve é forçar o governo a negociar.

A mobilização da categoria:

A greve foi forte na educação, onde paralisaram 90% das escolas, na FASC, na Saúde, e foi pequena no DMAE. De novidade na greve, apenas a Cultura, o setor administrativo e o pessoal fazendário de nível médio. Ao contrário de outras greves, foi pequena a participação do setor operário. A terceirização é uma realidade cada vez maior e desmobiliza o DEP, SMOV, SMAM e DMLU. As greves anteriores foram maiores, exatamente por terem mobilizado uma boa parte do setor operário.

Correlação de forças:

O governo estava desgastado na greve e com dificuldades no seu projeto eleitoral para 2016. Mas, a greve precisava contar com o apoio da opinião pública. Uma greve de servidores, ainda mais sem a participação dos operários dos serviços, não pára a produção ou as finanças, como o fazem os metalúrgicos e os bancários. É por essa razão, que não podemos nos negar a uma audiência com o Governo, mesmo não existindo uma nova proposta, sob o risco de nos isolarmos. As nossas greves dependem da força da categoria, do apoio popular e do desgaste do governo. O não entendimento dessa correlação de forças, conduz ao individualismo e à despolitização.

Comando de Greve:

No início da greve, concordamos com a constituição de um "comando de greve aberto", que passou a reunir diariamente, com até 150 militantes, a composição variando em todas as reuniões, que duravam até 5 horas. A greve foi prejudicada pelo desvio das forças da categoria para o confronto nas reuniões do comando. As ações que poderiam fortalecer o movimento nas secretarias, deixaram de ser avaliadas. As necessidades da greve não eram importantes para aqueles que queriam que o comando substituísse as assembleias. A experiência com o "comando de greve aberto" não foi positiva e precisa ser reconsiderada. Foi paralisado por uma concepção distorcida de democracia.

Aprendemos uma lição: Os participantes de um comando de greve precisam ter representatividade, ou seja, devem ser eleitos democraticamente pela base, em assembleia geral ou plenárias por secretaria e, quando deixarem de representar o interesse da base, devem ter o seu mandato revogado e substituídos.

Somos uma categoria só:

Alguns setores jogaram para baixo o ânimo da categoria, espalhando confusão, teorias conspiratórias, derrotismo e pessimismo, refletindo a forma de fazer política preconceituosa e rebaixada dos dias de hoje. Através do face book e do Whats App, difamaram e caluniaram as lideranças do movimento. Criaram clichês preconceituosos para enquadrar o comportamento político dos grevistas, que reforçam o baixo nível político. A categoria é uma só. Não está dividida entre radicais e conciliadores, jovens e velhos, base e direção. O objetivo do Sindicato é engajar todos os municipais na luta.

A postura anti-sindicato:

O reconhecimento do Sindicato como forma legítima de organização dos trabalhadores é fundamental, e a assembleia é a principal instância sindical, a responsável por atribuir um rumo massivo e consequente para o movimento, garantindo a ação direta, não de um ou outro militante, mas de toda a categoria. A assembleia

precisa ser democrática, com inscrições livres para as intervenções, que é uma tradição no SIMPA, de tal forma que cada um saiba como as propostas serão avaliadas e deliberadas. Fizemos 5 assembleias na greve de 2015, e como foram importantes para manter a categoria mobilizada, participativa e definindo os rumos do movimento.

PROPOSTAS PARA O SIMPA

- 1) Fortalecer e qualificar o Conselho de Representantes (CORES), fazendo com que todo(as) os(as) municipais(as) estejam representados(as) nele.
- 2) Visitação permanente aos locais de trabalho, com a realização de reuniões de base.
- 3) Fazer uma grande campanha de filiação ao SIMPA.
- 4) Promover atividades que incentivem a participação dos aposentados, tais como encontros, cursos, dia do aposentado e atividades culturais.
- 5) Mobilizar o setor operário para que assuma uma maior participação nas mobilizações.
- 6) Promover atividades de formação sindical.
- 7) Fortalecer a ação do GT Anti-Opressões do SIMPA, qualificando a luta pela igualdade da mulher, negros e LGBT.
- 8) Dinamizar a área de cultura.
- 9) Maior integração com as associações e com outros sindicatos de municipais.
- 10) Estimular a participação da categoria nas mobilizações da classe trabalhadora.

DEFESA DO SERVIÇO E DOS SERVIDORES PÚBLICOS

- > Lutar contra os ataques do Congresso Nacional e do Governo Dilma, aos direitos dos servidores públicos.
- > Fim das privatizações e das terceirizações.
- > Não à reforma previdenciária e aos fundos complementares de aposentadoria.
- > Contra o confisco dos fundos. Defesa do PREVIMPA.
- > Admissão no serviço público somente através de concurso. Fim da contratação emergencial e da flexibilização do serviço público.
- > Manutenção da aposentadoria integral e da paridade salarial entre ativos e inativos.

ASSINAM ESSA TESE

Diretoria do SIMPA:

Antonio Carracho

Carmen Padilha

Denise Ferreira

Jorge Xavier

Maria José da Silva

Solange Corrêa

Sérgio Brum

SMED

Anabel Cogo – Dir. ATEMPA

Anderson Gonçalves– Dir. ATEMPA

Arine Cougo– Dir. ATEMPA / CORES

Ernani Cibeira– Dir. ATEMPA

Joselaine Mendonça– Dir. ATEMPA

Silvana Moraes – Dir. ATEMPA

Carolina Hugo – CORES

Viviane Teixeira Rodrigues – CORES

José Ivan dos Santos – CORES

José Ribeiro – EMEF Professor Larry Ribeiro Alves

Cleci dos Santos – EMEF Judith Macedo de Araújo

Maria Lucia Pinheiro – EMEF Judith Macedo de Araújo

Gislaine Coutinho – EMEF Judith Macedo de Araújo

Marcia Rosina – EMEF Judith Macedo de Araújo

Ana Carolina Ravazzolo – EMEF Judith Macedo de Araújo

Michele Cavalcanti – EMEF Judith Macedo de Araújo

Maria Julieta da Silva – EMEF Martim Aranha

Eunice Espinosa – EMEF Afonso Guerreiro

Adão Machado Filho – EMEF Presidente Vargas

Daisy Maria Sena – EMEF Presidente Vargas

Milton Avena Rauber – EMEF Pepita Leão

Maria Verônica Azambuja – EMEI Mapa II

Valmira Soares de Almeida – EMEI São Carlos

Nara Rôncoli – EMEI Valter Silber

Marlene Mesquita – EMEI Parque dos Maias II

Paulo Regis dos Santos – EMEF Rincão

Paulo Durgante – EMEF José Loureiro da Silva

Alessandra Pedro – EMEF José Loureiro da Silva

Ana Suzete Denardi – EMEF José Loureiro da Silva

Jaqueline Silveira de Souza – EMEF Martim Aranha

Elodi Duarte da Silva – EMEF Presidente Vargas

Denise Flores – EMEF Presidente Vargas

Carolina Reis Alves – EMEF Presidente Vargas

SMGL

Gustavo Fisch

APOSENTADOS

João Carlos Prates – Pres. ASTA/ CORES

Jacina Saraiva - SMED

Gorete Baldi – SMED

Marcia Andrade - SMED

Margarete Cesa – SMED

Maria Aparecida Paidá – SMED

Amélia Brod – CORES

Jenny de Abreu – CORES

Claudino Rolim – CORES

Anamaria Coimbra - CORES

SMS

Solange Longaray – Vigilância Sanitária

SMAM

Carlos Roberto Amaral